Ementa: Apuração da informação de inexistência de biblioteca nos estabelecimentos de ensino da rede municipal/estadual de ensino no Município de _____.

PORTARIA N.º

(referente ao item n. 4 do questionário)

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO , por intermédio do Promotor de Justiça abaixo assinado, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo no disposto nos artigos 127, caput e 129, inciso III da Constituição da República;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais, conforme garante o artigo 127 da CRFB/88;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 129, II, da CRFB/88, é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Carta Magna, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal[Nota de rodapé] e o Estatuto da Criança e do Adolescente[Nota de rodapé] estabelecem que é dever da sociedade e do Poder Público garantir a toda criança e adolescente, com absoluta prioridade, a efetivação do direito fundamental à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (artigo 205 da CRFB/1988

e artigo 53, caput do ECA), assegurando educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos, inclusive para aqueles que não tiverem acesso na idade própria (artigo 208, I da CRFB/1988);

CONSIDERANDO que o artigo 206 da CRFB/88 garante que o ensino será ministrado com a observância de princípios, constitucionalmente assegurados, do qual se destaca o *princípio da garantia do padrão de qualidade*, firmado no inciso VII;

CONSIDERANDO que, inclusive, o não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua *oferta irregular*, importa em responsabilidade da autoridade competente, conforme preconiza o artigo 208, § 2º, da CRFB/88;

CONSIDERANDO que a efetiva garantia do direito à educação pressupõe que seja assegurada igualdade de condições de acesso e permanência do educando na escola, consoante o disposto no artigo 206, I da CRFB/88, o que exige que os estabelecimentos da rede pública de ensino ofereçam à comunidade escolar infraestrutura segura e adequada às necessidades educacionais;

CONSIDERANDO que as informações colhidas através dos questionários integrantes do projeto Ministério Público pela Educação – MPEDUC evidenciam que aproximadamente 50% (cinquenta por cento) das unidades escolares do Município de _____ não possuem biblioteca;

CONSIDERANDO que a Lei Federal 12.244/2010 estabelece, em seu artigo 1º que todas as instituições de ensino, público e privadas, de todos os sistemas de ensino do País, contarão com biblioteca;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 2º da referida lei federal, considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo e leitura;

CONSIDERANDO que o parágrafo único do referido artigo estabelece que será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares;

CONSIDERANDO, ainda, que o artigo 3º destaca que os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, instaura o presente;

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

com fulcro no art. 129, III, da Constituição da República, **com a finalidade de serem colhidas informações que subsidiem eventuais medidas judiciais ou extrajudiciais visando a disponibilização de bibliotecas em todas as unidades da rede **municipal/estadual** de ensino localizadas do Município de**

Para tanto, **DETERMINO**, por ora, à Secretaria deste órgão de execução, as seguintes diligências:

1. Registre-se, numere-se e autue-se a presente Portaria, devendo constar da sua capa **etiqueta** com os seguintes dizeres: "**TUTELA COLETIVA - INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO – Apuração da informação de inexistência de biblioteca em unidades escolares da rede **municipal/estadual** de ensino no Município de _____**".";

2. Expeça-se ofício ao Ilmo. Sr. Secretário Municipal de Educação/Diretor Regional da Secretaria de Estado de Educação,

instruindo-os com cópia da presente portaria de instauração de ICP, requisitando, no prazo de 15 (quinze) dias, informações acerca do cronograma para a implementação de bibliotecas em todos os estabelecimentos da rede municipal/estadual de ensino, em atenção ao disposto na Lei Federal 12.244/2010;

3. Dê-se a devida publicidade à presente portaria

_____, ____ de _____ de .

Promotor de justiça